

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO****PROCURADORIA****SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA****PL 389/2026**

Realizada a pesquisa no APL (Banco de Dados da Câmara Municipal de São Paulo) e no site www.prefeitura.sp.gov.br/legislação, e outros, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

- Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente, visando à preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, à proteção dos ecossistemas e à prevenção de danos ambientais.
- Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, incluindo crimes contra a flora e a fauna silvestre.
- Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), estabelecendo normas para a conservação da biodiversidade, da flora, da fauna silvestre e dos serviços ecossistêmicos.
- Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, visando à preservação da biodiversidade, dos recursos hídricos e da fauna silvestre associada.
- Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, estabelecendo normas sobre Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal e proteção da flora, da fauna, dos recursos hídricos e da biodiversidade.
- Lei Federal nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, promovendo a conservação da vegetação nativa, da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos essenciais à saúde pública e ao equilíbrio ambiental
- Lei Estadual nº 9.509, de 20 de março de 1997, que dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, visando à preservação da biodiversidade, dos recursos naturais e da qualidade ambiental.
- Resolução SMA nº 32, de 11 de maio de 2010, que estabelece procedimentos para fiscalização e aplicação de penalidades por danos à vegetação nativa e áreas especialmente protegidas no Estado de São Paulo.
- Decreto Estadual nº 59.261, de 5 de junho de 2013, que institui o Sistema de Cadastro Ambiental Rural do Estado de São Paulo (SICAR-SP), visando à proteção da vegetação nativa, da biodiversidade, da fauna e dos recursos hídricos.
- Lei Estadual nº 17.348, de 12 de março de 2021, que altera a Lei nº 3.201/1981 para fortalecer mecanismos de proteção da vegetação nativa por meio dos critérios ambientais de repartição do ICMS aos municípios paulistas.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- Decreto Estadual nº 66.549, de 7 de março de 2022, que regulamenta ações voltadas à manutenção, recuperação e melhoria dos serviços ecossistêmicos, incluindo a conservação da flora nativa, da fauna silvestre, da biodiversidade e a prevenção de perdas ambientais irreversíveis.
- Lei Orgânica do Município de São Paulo, artigos 180 e seguintes, especialmente o artigo 186 e seu parágrafo único;
- Lei Municipal nº 11.426, de 18 de outubro de 1993, que cria a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente – SVMA; cria o Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES, e dá outras providências, especialmente seu artigo 16;
- Lei Municipal nº 13.430, de 13 de setembro de 2002, que institui o Plano Diretor Estratégico, especialmente seus artigos 131 e seguintes que tratam do Sistema de áreas Verdes do Município;
- Lei Municipal nº 13.646, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre a legislação de arborização nos logradouros públicos do Município de São Paulo;
- Lei Municipal nº 14.186, de 4 de julho de 2006, que institui o Programa Municipal de Arborização Urbana, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 14.676, de 30 de janeiro de 2008, que dispõe sobre a criação do calendário anual para o plantio de árvores nas vias e logradouros públicos do município de São Paulo, e dá outras providências;
- Decreto Municipal nº 49.978, de 29 de agosto de 2008, que regulamenta a Lei nº 14.676, de 30 de janeiro de 2008, que dispõe sobre a criação do calendário anual para o plantio de árvores nas vias e logradouros públicos do Município de São Paulo;
- Lei Municipal nº 14.933, de 05/06/2009, que institui a Política de Mudança do Clima no Município de São Paulo.
- Lei Municipal nº 15.428, de 26/08/2011, que cria o Programa de Requalificação Arbóreo e Ambiental da Cidade de São Paulo, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014, que aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, estabelecendo diretrizes para a conservação da biodiversidade, da flora, da fauna e dos serviços ambientais prestados pelos ecossistemas.
- Lei Municipal nº 16.402, de 22 de março de 2016, que disciplina o parcelamento, uso e ocupação do solo no Município de São Paulo, incorporando instrumentos de proteção ambiental e preservação de áreas verdes e ecossistemas urbanos.
- Lei Municipal nº 17.578, de 26/07/2021, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de canteiros em casos de readequação geométrica, rotatórias, estreitamento de vias e casos similares, mantendo-se ou estabelecendo a permeabilidade do solo, ou seja, com a



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

remoção do capeamento asfáltico original, expondo o solo antes da instalação, e dá outras providências.

- Decreto Municipal nº 61.859, de 03/10/2022, que dispõe sobre as competências para comunicação e autorização do manejo arbóreo, nas situações que especifica; regulamenta os artigos 23 a 27, da Lei nº 17.794, de 27 de abril de 2022.

- Lei Municipal nº 17.794, de 19 de abril de 2022, que institui o Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais, promovendo a conservação e recuperação da vegetação nativa, da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos essenciais ao bem-estar da população

- Lei Municipal nº 17.844, de 14/09/2022, que aprova o Projeto de Intervenção Urbana Setor Central - PIU-SCE, institui e regulamenta a Área de Intervenção Urbana do Setor Central - AIU-SCE, estabelece parâmetros de uso e ocupação do solo específicos para o território, define o programa de intervenções do PIU-SCE e revoga a Lei nº 12.349, de 6 de junho de 1997.

- Lei Municipal nº 17.837, de 18/07/2022, que altera a Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, que aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, para prever a prioridade do plantio de espécies que atraem abelhas, e prorroga até 31 de dezembro de 2022 o prazo previsto no parágrafo único do art. 4º da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, alterado pela Lei nº 17.725, de 2021.

- Lei Municipal nº 17.975, de 08/07/2023, que dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, nos termos da previsão de seu art. 4º.

- Lei Municipal nº 18.081, de 19/01/2024, que dispõe sobre a revisão parcial da Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016, visando à compatibilização de seu texto original com as supervenientes alterações decorrentes da promulgação da Lei nº 17.975, de 8 de julho de 2023 - Revisão Intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, nos termos da previsão de seu art. 126, e dá outras providências.

-Decreto Municipal nº 64.063, de 12 de fevereiro de 2025, que dispõe sobre a criação de Bosques Urbanos no Município de São Paulo, destinados à preservação da flora nativa, da fauna silvestre associada, da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos urbanos.

PL 100/2026 Dispõe sobre a adoção de diretrizes para a ampliação de jardins de chuva como instrumento de drenagem urbana sustentável no Município de São Paulo.

PL 1562/2025 Dispõe sobre critérios de equivalência ecológica e hierarquia de compensação arbórea no Município de São Paulo e altera dispositivos da Lei nº 17.794, de 27 de abril de 2022 [Disciplina a arborização urbana, quanto ao seu manejo, visando à conservação e à preservação, e dá outras providências.

PL 1507/2025 Dispõe sobre a proibição do plantio de espécies vegetais tóxicas para animais em praças, parques e demais áreas públicas do Município de São Paulo, estabelece diretrizes de fiscalização e dá outras providências.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

PL 1346/2025 Dispõe sobre a instituição do Programa de Microflorestas Urbanas Comunitárias no município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 1189/2025 Institui o Plano Municipal de Erradicação e Substituição da Planta Exótica Leucena (*Leucaena leucocephala*) no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 992/2025 Institui o Programa Escola Verde –Plantio de Árvores nas Escolas da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, como ação educativa, socioambiental e climática, em alinhamento com a COP 30.

PL 729/2025 Institui diretrizes para a adoção obrigatória de Soluções Baseadas na Natureza (SBN) em obras de requalificação de praças e parques no município de São Paulo.

PL 594/2025 Dispõe sobre a Política Pública de Plantio e Paisagismo Seguro do Município de São Paulo, estabelece diretrizes para arborização segura e proteção ambiental para pessoas e animais domésticos, e dá outras providências.

PL 530/2025 Autoriza a Guarda Civil Metropolitana Ambiental do município de São Paulo a autuar e determinar a imediata suspensão ou paralisação de ações voltadas à degradação ambiental em Áreas de Proteção Ambiental (APA), Áreas de Preservação Permanente (APP) e demais áreas de vegetação nativa, pelo prazo de 60 dias ou até a apresentação da liberação das autoridades competentes, e dá outras providências.

PL 499/2025 Determina a revitalização do Parque Linear do Córrego do Rio Verde, localizado no distrito de Itaquera, com o objetivo de promover melhorias por meio de reformas e conservação dos equipamentos, garantindo a qualificação do espaço e promovendo aprimoramento na qualidade de vida dos moradores e frequentadores do parque, dando ainda outras providências.

PL 378/2025 Dispõe sobre a autorização de criação do Programa Vagas Verdes nas vias do município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 338/2025 Dispõe sobre a obrigatoriedade de plantio e conservação, pelo Poder Público, de no mínimo uma árvore de espécie nativa em frente a cada imóvel público municipal de São Paulo.

PL 322/2025 Dispõe sobre a proibição do plantio de "todas as espécies fícus" nos logradouros públicos municipais, e dá outras providências.

PL 258/2025 Dispõe sobre a criação, manutenção, proteção, regras de visitação e atividades permitidas, bem como a fiscalização de Bosques Urbanos no município de São Paulo, em consonância com a legislação ambiental federal e estadual, especialmente o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000), o Código Florestal (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012) e as diretrizes do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo.

PL 772/2024 Dispõe sobre a Política Municipal de Criação e Regulamentação de Bairros Inteligentes, estabelece diretrizes para a oferta de serviços essenciais e cria a Figura Jurídica de Gestão Integrada dos Bairros Inteligentes.

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

PL 301/2023 Cria a Área de Proteção Ambiental Municipal do Embura-Jaceguava, e dá outras providências

- PL 396/2024, que altera a redação do art. 14 da Lei nº 17.794, de 27 de abril de 2022, que disciplina a arborização urbana, quanto ao seu manejo, visando à conservação e à preservação, e dá outras providências”.

- PL 98/2024, que dispõe sobre a criação de um Programa de Arborização Urbana Eficiente na cidade de São Paulo, para o cuidado das árvores, e fixa outras providências.

- PL 23/2024, que dispõe sobre o Programa Integrado de Gestão de Arborização Urbana (PIGAU) na cidade de São Paulo, com foco na prevenção de quedas de árvores decorrentes de chuvas e ventos fortes nos meses de dezembro a março. Apensado no PL 329/18.

- PL 16/2024, que altera o artigo 15º, Lei Nº 17.794, de 27 de abril de 2022, que disciplina a arborização urbana, quanto ao seu manejo, visando à conservação e à preservação, e dá outras providências, a presente alteração irá excluir o parágrafo único, inserindo os incisos I, II e III.

- PL 787/2023, que estabelece a substituição de exemplares arbóreos em situação de risco, nos termos em que especifica e dá outras providências

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, para prosseguimento, nos termos do despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 1º de junho de 2026.

CINTIA TALARICO DA CRUZ
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068